

# Khrestous Poiein

- Implicações políticas num Tratado celebrado entre Esparta e Tegea c. 556-555 a.C. registado por Aristóteles

[ frg. 592 Rose, de Plutarco, Mor., 277C e 292B ]

por Carlos Gomes\*

Aristóteles em frg. 592 Rose (de Plu., Aet. Greac. 5, = 292B) diz:

*Tines hoi para Arkasi kai Lakedaimonioi khrestoi? Lakedaimonioi Tegeatais diallagentes epoisanto synthekas kai stelen ep'Alpheioi koinen amestean en hei meta ton allon gegraftai Messenious ekbalein ek tes horas kai me ekseinai khrestous poein. Eksegoumenos oun ho Aristoteles touto phasi dynasthai to me apoktinnynai boetheias karin tois lakonizousi ton Tegeaton.*

Este conhecido texto de Aristóteles é a única fonte acerca daquele que é considerado o mais antigo tratado entre duas cidades-estado helénicas. Elas são Esparta e Tegea, ambas situadas no Peloponeso. Os Lacónios (isto é, os Espartanos) celebraram negociações com os de Tegea e dedicaram uma estela comum no rio Alfeu na qual, entre outras coisas, foi escrito expulsar os Messénios das terras e não ser possível *fazê-los bons*. A interpretação de Aristóteles sublinha que isto implica que ninguém será condenado à morte por ter ajudado o partido pró-Espartano em Tégea. Esta é a interpretação geralmente seguida.

A cláusula principal do Tratado visa os Messénios, sob o domínio de Esparta; é precisamente neste tópico que o texto refere a expressão *khrestous poiein*. Uma tradução literal seria *fazer (os Messénios) bons*, contudo esta tradução não satisfaz o contexto político e social que nos é transmitido pelo texto.

F. Jacoby publicou nos anos quarenta um artigo acerca da interpretação desta expressão. Aqui F. Jacoby considera que o significado de *khrestous poiein* é *fazer cidadãos*, proibindo a segunda cláusula consequentemente que os cidadãos de Tégea fizessem os Messénios cidadãos (vid. QC 38, 1944, pp.15-6, exp. p. 16). Torna-se importante frisar que a posição defendida por Jacoby é mais uma questão de *Methodenlehre* do que uma questão de evidência histórica. Sem qualquer evidência para a utilização de *khrestos* com conotação política, o argumento do autor baseia-se nas conclusões de V. Ehrenberg acerca do termo *akhrestos* encontrado numa inscrição de Dreros, datada de 600 a.C., tornadas públicas num artigo publicado em 1943 (vid. CQ 37, 1943, pp. 14-18, a inscrição fora publicada por P. Demargne e H. van Effenterre, BCH 61, 1937, pp. 333-48). A argumentação de Jacoby pode ser resumida no seguinte modo: tomando em conta o facto de o significado de *akhrestos* ser

\* Assistente da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

*inútil*, pelo menos em sentido político, isto é, cidadão de segunda classe - com direitos menores, *khrestos* significaria, então, *útil* - sob o ponto de vista político ele é um cidadão. Assim a segunda cláusula proíbe que os cidadãos de Tégea *façam os Messénios cidadãos*. Esparta assegurava por este modo a cooperação de Tégea com os Messénios.

F. Jacoby recusa ainda a possibilidade de Aristóteles ter associado duas cláusulas numa só empregando *kai*. Esta posição tem como consequência o facto de tornar a explicação de Jacoby parcial e, portanto, não satisfatória. Como Aristóteles é considerado ser o responsável por esta interpretação acima referida, Jacoby deveria apresentar alguma evidência respeitante ao uso de *khrestous poiein* em Aristóteles como significando *fazer alguém cidadão*. Mas tal seria impossível pela simples razão de que Aristóteles possui uma expressão específica quando pretende referir-se ao facto de alguém ser *feito cidadão* e essa expressão é *politás poiein* (Pol. 1275a6, 1303b1, 1319b8). Mesmo admitindo a possibilidade de Aristóteles ter entendido a expressão como *fazer os Messénios cidadãos*, o problema ainda permaneceria. Aristóteles deveria dar uma explicação consistente mencionando os Messénios (como deveria ser) e não referindo o partido pró-Espartano em Tégea (e aqui os Messénios são completamente ignorados). Resumindo a nossa posição perante os argumentos de Jacoby poderemos sublinhar os seguintes factos:

1. Não existe qualquer evidência para o emprego de *khrestos* com conotação política dentro do contexto geral em que se situa o Tratado.
2. Aristóteles tem uma expressão específica quando se refere ao facto de alguém ser feito cidadão - *politás poiein*.
3. Existe inconsistência entre *khrestous poiein* referente aos Messénios e a explicação de Aristóteles que apenas refere os habitantes de Tégea (os Messénios sendo completamente ignorados).

Estas três observações são suficientes para demonstrar que a interpretação de Jacoby não é inteiramente satisfatória. Jacoby deveria explorar a evidência para *akhrestos* em Aristóteles e de facto essa evidência existe precisamente no frg. 592 Rose - é a lição *akhreston* registada por todos os códices e negligenciada pelos filólogos. Esta lição diz respeito a uma passagem de Plutarco, Mor. 277C. Como veremos talvez *akhreston* pudesse implicar uma associação entre os cidadãos de Tégea e não com os Messénios.

Para clarificar a nossa discussão de *khrestous poiein* importa referir os seguintes pontos:

1. *Poiein* é um lugar comum em Aristóteles com uma conotação definida: **fazer**. Aparece associado com *polités* ( e.g. *politás poiein* ), denotando uma situação política: *fazer alguém cidadão*. *Khrestos* significa sempre *forte, útil, honesto, bom, sensato*.
2. No que diz respeito às fontes epigráficas, verificamos que *poiein* aparece em epigramas a partir do séc.VII a.C. Também se encontra no *corpus* das *Lege Sacrae*. *Khrestos* encontra-se nos epítafios Gregos como epíteto dos defuntos a partir do séc. IV a.C. O termo não é empregado com carácter eufemístico. Não existe um único exemplo de *khrestous poiein* nas fontes epigráficas.
3. As fontes literárias não diferem muito das epigráficas quanto ao uso de *poiein* e de *khrestos*.

Plutarco permanece, então a única fonte para o frg. 592 Rose de Aristóteles: Mor. 292B = Aet. Greac.,5, e *ibid.*, 277C = Aet. Rom.,52. Daqui a conclusão preliminar de que a evidência de Aristóteles acerca de um Tratado celebrado entre Esparta e Tégea c.556-555 a.C. provém de Plutarco. E daqui é perfeitamente correcto inferir que se impõe uma análise cuidada da interpretação de Plutarco de Aristóteles.

O texto de Plutarco pode ser dividido em duas partes:

1. o nosso texto já citado - Mor. 292B = Aet. Greac., 5.

2. Mor. 277C = Aet. Rom.,52:

*kai gar Aristoteles en tais Arkadon pros Lakedaimonious synthekas  
gegraphthai phesi medena khreston poiein boetheias kharin tois lakonizousi  
ton Tegeaton, hoper einai medena apoktinnynai.*

Variante da última parte de 292 B referente à interpretação de Aristóteles da cláusula a que pertence *khrestous poiein*.

O texto de Aristóteles apresenta algumas dificuldades de interpretação. A primeira pertence ao foro da crítica textual. Todos os códices registam *meden akhreston*. Não vislumbramos qualquer explicação aceitável para a correcção *medena kreston*. Se existe um consenso no que respeita a este ponto não há razão para a emenda *medena kreston*.

A outra dificuldade consiste na interpretação a dar a *medena kreston poiein* em associação com *boetheias kharin*. Qual a relação entre as partes componentes? Deveremos entender *medena khreston poiein* e *boetheias kharin*, ou, por outro lado, *medena khreston e poiein boetheias kharin*? Neste sentido a expressão *me ekseinai khrestous poiein* (referência aos Messénios) tem obviamente de ser entendida de acordo com o sentido geral da interpretação [vid. Plu., Mor. 292B].

Existe ainda outra dificuldade. Como podemos conciliar *gegraphthai phesi* [277C] com *eksegoumenos...phesi* [292B].

No que concerne a Plutarco Mor. 292B as imprecisões são mais notórias. Numa tradução aceitável o texto diz:

“Quem são os *bons* entre os Acádios e os Lacedemónios? Os Lacedemónios estabelecendo conversações com os de Tégea estabeleceram um acordo e dedicaram uma estela comum no Alfeu, onde, entre outras coisas, estava escrito: expulsar os Messénios da terra e não ser possível fazê-los *khrestous*. Aristóteles comentando sobre isto afirma que ninguém será condenado à morte por ter ajudado o partido Laconizante em Tégea.”

Surgem dificuldades ao submeter o texto a uma análise cuidadosa. O que Aristóteles parece realmente interpretar é algo de diferente de *Messenious ekbalein ek tes khoras kai me ekseinai khrestous poiein*. O termo empregado para significar comentando (no sentido de interpretado) é *eksegoumenos*; mas o que Aristóteles comenta é algo relacionado com *boetheias kharin tois lakonizousi ton Tegeaton* e não *khrestous poiein*; se o fosse certamente mencionaria os Messénios e não os cidadãos de Tégea. Aceitando a explicação de que Aristóteles tenta estabelecer o sentido de *khrestous* quando aplicado aos Messénios, seria de esperar de Aristóteles uma justificação e uma elucidação similar, isto é: sempre mencionando o exemplo dos Messénios. Tal não acontece.

O problema é o seguinte: existe uma inconsistência entre o que a cláusula diz (*me ekseinai khrestous poiein* - os Messénios) e a sua interpretação (*dynasthai to me apoktinnynai boetheias kharin tois lakonizousi ton tegeaton*, referência aos Tegeenses).

A esta incongruência junta-se o facto de que, se dermos a *me ekseinai khrestous poiein* um valor “eufemístico”, existe uma contradição com a primeira parte desta cláusula, a qual estabelece a expulsão dos Messénios da terra - como poderia explicar-se fazer os Messénios bons quando eles já não se encontravam no lugar.

Uma explicação possível de todas estas discrepâncias pode residir numa conciliação entre as duas partes do frg. 592 Rose de Aristóteles

A questão referente a *gegraphthai* e *eksegoumenos* é importante porquanto sublinha a inconsistência entre aquilo que Aristóteles pretende explicar e o objecto da sua elucidação: celebrou-se e concluiu-se um Tratado Entre Tégea e Esparta, sendo a única cláusula *Messenious ekbalein ek tes khoras kai me ekseinai khrestous poiein*. Esta cláusula é introduzida por *en hei meta ton allon gegraphthai* (entre outras coisas estava escrito). Tomando em consideração que a interpretação em 292B diz respeito a *boethais kharin tois lakonizousi ton Tegeaton* (isto é, os Tegeenses e não os Messénios) concluimos que poderia ter existido uma outra cláusula em relação à qual a explicação acima citada se refere.

Esta outra cláusula (cf. *en hei meta ton allon*) encontra-se registada em 277C onde encontramos *Aristoteles... gegraphthai phesi medena khreston poiein boetheias kharin tois lakonizousi ton Tegeaton* (Aristóteles ... diz que estava escrito que ninguém será feito “bom” por ter prestado ajuda ao partido pro-Espartano em Tégea), sendo *hoper einai medena apoktinnynai* parte integrante da explicação de Aristóteles (cf. *dynasthai to me apoktinnynai*) que Plutarco interpretou de modo incorrecto e consequentemente registou de maneira errada.

A nossa interpretação vai no sentido de: *medena khreston poiein boetheias kharin tois lakonizousi ton Tegeaton* [277C] associado com *eksegoumenos oun Aristoteles touto phesi dynasthai to me apoktinnynai...* [292B]; *Medena khreston poiein* [277C] é explicado por *touto (phesi) dynasthai to me apoktinnynai* [292B].

A nossa questão seguinte diz respeito ao valor das expressões *medena khreston* e *meden akhreston* (registado em todos os códices). Em primeiro lugar é importante referir duas conclusões preliminares:

1. a frase *medena khreston* (ou *meden akhreston*) *poiein boetheias kharin tois lakonizousi ton Tegeaton* [277C] é possivelmente uma segunda cláusula do Tratado cuja explicação de Aristóteles se encontra registado na parte final de 292B.
2. somos consequentemente levados a considerar que a lição alternativa *meden akhreston* confirmada por todos os códices de Plutarco.

Importa sublinhar ainda que Aristóteles nunca usa o termo *khrestos* como eufemismo dos defuntos, em segundo lugar, as fontes epigráficas só registam o uso do termo a partir do séc. IV a.C. e consequentemente é impossível entender *khrestos* em sentido eufemístico em virtude do Tratado se situar no séc. VI a.C. e 556-555. A expressão *khrestous poiein* significa pois aquilo que diz: fazer bons, beneficiá-los, protegê-los.

Admitindo *gegraphthai phesi medena khreston...* [Mor. 277C] como sendo a segunda cláusula desconhecida do Tratado em questão; admitindo a conotação de *khrestous poiein* como sinónima de fazer (os Messénios) bons, isto é, beneficiá-los (no sentido de dar-lhes guarida, protegê-los) é legítimo concluir que o sentido de *medena khreston poiein boetheias kharin tois lakonizousi ton Tegeaton* é contraditório com *eksegoumenos oun ho Aristoteles phesi touto me apoktinnynai...* (vid. 292B, cf. *hoper einai medena apoktinnynai*, 277C, que é afinal resultado de uma incorrecta interpretação de Plutarco acerca do que Aristóteles realmente disse).

Esta contradição reside no sentido negativo de *medena khreston* [277C], implicando que aqueles que ajudam o partido pró-Espartano em Tégea se encontrem na mesma situação

como os Messénios [vid. *me ekseinai khrestous poiein* (292B)]. O texto parece apontar para uma oposição de situações entre Messénios e todos aqueles que apoiarem o partido pro-Espartano. Todos os códices, com efeito, apresentam a lição *meden akhreston*.

Uma hipótese, até hoje nunca sugerida, é a possibilidade de *meden akhreston* não ter sido realmente *meden akhreston* mas antes *meden' akhreston*, isto é, - *meden (a)' akhreston*, satisfazendo plenamente os requisitos textuais e simultaneamente as necessidades interpretativas. Esta alternativa explica a oposição entre *me ekseinai khrestous poiein* em relação aos Messénios e *meden' akhreston* em relação aos Tegeenses.

No que diz respeito a *akhrestos* as fontes epigráficas informam-nos acerca do seu emprego com conotação política. Uma inscrição de Dreros, em Creta, datada c. 600 a.C. (pertencendo obviamente à mesma época do Tratado em questão, séc. VI a.C.), estabelece que um magistrado, conhecido pelo nome de Kosmos, não pode exercer o cargo durante um período de dez anos sob pena de se tornar *akhrestos*.

Compreendemos, pois, que a interpretação da segunda cláusula seria assegurar aos apoiantes da aliança com Esparta os seus direitos cívicos - isto é, que não se tornassem *akhrestos*. Esta situação levaria a um estado de instabilidade política em que as ameaças de morte seriam um facto.

Em conclusão, parece que, por meio da discussão das implicações textuais, históricas, políticas e sociais de *khrestos poiein*, obtivemos um novo texto do tratado celebrado entre Esparta e Tégea registado por Aristóteles cujo conteúdo é o seguinte:

*Lakedaimonioi Tegeatai diallagentes epiesanto synthekas kai stelen ep'Alpheioi koinen anesthesan, en hei meta ton allon gegraphthai Messenious ekbalein ek tes khoras kai me ekseinai khrestous poiein: (kai gar) Aristoteles (en tais Arkadon pros Lakedaimonious synthekais) gegraphthai phesi meden'akhreston poiein boetheias kharin tois lakonizousi ton Tegeaton, (hoper einai medena apoktinnysai) eksegoumenos oun ho Aristoteles touto phesi dynasthai to me apoktinnynnai boetheias kharin tois lakonizousi ton Tegeaton.*

[Arist., frg. 592 Rose, Plutarco, *Moralia* (292B + 277C)]

As duas cláusulas do Tratado são:

1. *Messenious ekbalein ek tes khoras kai me ekseinai khrestous poiein* - expulsar os Messénios do território de Tegea não sendo possível beneficia-los (isto é, protegê-los, dar-lhes guarida).
2. *Meden' akhreston poiein boetheias kharin tois lakonizousi ton Tegeaton* - ninguém será despojado dos seus direitos cívicos por ter apoiado o partido pro-Espartano em Tégea.

A segunda cláusula foi interpretada por Aristóteles do seguinte modo: *eksegoumenos oun Aristoteles touto phesi dynasthai to me apoktinnynnai* - *boetheias kharin tois lakonizousi ton Tegeaton* - Aristóteles comentando esta passagem afirma que quer significar que ninguém será condenado à morte por apoiar o partido pró-Espartano (a aliança com Esparta) em Tégea.